



MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA - PE
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	74	0
Alienação de Bens Móveis	0	74	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
TOTAL	0	74	0

DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESP. CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Servidores Públicos			
TOTAL	0	0	0

SALDO FINANCEIRO	(g)={{(Ia - IId) + IIh}}	(h)={{(Ib - ILe) + IIi}}	(i)={{Ic - If}}
VALOR (III)	74	74	0

mg



Tabela 6 - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA - PE
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2021

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita e Contribuições Patronais	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	-	-	-
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outros Bens e Direitos			
	0	0	-

Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA, FABIO JOSE DA SILVA
 Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/gpp/validadoc/seam> Código do documento: 01/41 a375-4aa8-4194-998f-3043687d94a3

M. G. P.

Tabela 7 - Projeção Atuarial do RPPS



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2021
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2019	0	0	0	0
2020	0	0	0	0
2021	0	0	0	0
2022	0	0	0	0
2023	0	0	0	0
2024	0	0	0	0
2025	0	0	0	0
2026	0	0	0	0
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0



Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, MARIA DAS GRACAS DE ARRUDA SILVA, FABIO JOSE DA SILVA
 Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/gpp/validaDoc.seam> Código do documento: 0141 a375-4aa8-4194-998f-304368794a3

moabw

Tabela 8 - Estimativa e Compensação da F



MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA - PE
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2021

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
TOTAL						

Nota:

1 - O Município não tem previsão de efetuar renúncia de receita para os exercícios de 2021, 2022, 2023 por meio de incentivos fiscais, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, ou quaisquer outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

M. G. Silva



Tabela 9 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado



MUNICÍPIO DE LAGOA DE ITAENGA - PE
 PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2021

LRP, Art. 4º § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2021	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita		
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		0
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III)=(I-II)		0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP's		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0

Nota:

1 - O município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021

Handwritten signature





I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	R\$ milhares		
	Realizado 2018	Realizado 2019	Projetado 2020
RECEITAS CORRENTES	44.813	50.575	52.421
Receita Tributária	1.659	1.667	1.885
Impostos	0	1.395	1.577
Taxas	0	272	308
Receitas de Contribuições	599	607	665
Contribuição p/ RPPS	0	0	0
Receita Patrimonial	52	36	124
Aplicações Financeiras	0	36	124
Outras Receitas Patrimoniais	52	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Transferências Correntes	42.460	48.178	49.657
Cota-Parte do FPM		14.706	19.212
Transf. de Recursos do SUS - FMS	6.241	6.179	8.430
Outras Transferências Correntes	36.219	25.293	22.015
Outras Receitas Correntes	43	87	90
RECEITA DE CAPITAL	2.181	1.250	2.000
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	74	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	2.107	1.250	2.000
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	0	0	0
TOTAL GERAL DA RECEITA	46.994	61.926	64.421

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	58.229	59.767	63.615
Receita Tributária	2.203	2.554	2.982
Impostos	1.844	2.137	2.479
Taxas	360	417	483
Receitas de Contribuições	711	753	796
Contribuição p/ RPPS	0	0	0
Receita Patrimonial	133	140	149
Aplicações Financeiras	133	140	149
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Transferências Correntes	53.066	56.218	59.599
Cota-Parte do FPM	20.538	21.749	23.054
Transf. de Recursos do SUS - FMS	9.012	9.543	10.116
Outras Transferências Correntes	23.537	24.926	26.428
Outras Receitas Correntes	96	102	108
RECEITA DE CAPITAL	900	953	1.010
Operações de Créditos	300	318	337
Alienação de Bens	100	106	112
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	500	530	561
Outras Receitas de Capital	0	0	0
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	0	0	0
TOTAL GERAL DA RECEITA	67.129	69.720	74.626

Nota:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

2 - Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativos a operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, conforme exigência do Manual de Demonstrativo Fiscais - 10ª Edição aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07/05/2019.

M. G. Silva



La - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	1.659	-
2019	1.667	0,48%
2020	1.885	13,07%
2021	2.203	16,90%
2022	2.554	15,90%
2023	2.862	18,00%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	14.706	#DIV/0!
2020	19.212	30,64%
2021	20.536	6,90%
2022	21.749	5,90%
2023	23.054	6,00%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	6.241	-
2019	8.179	31,05%
2020	8.430	3,07%
2021	9.012	6,90%
2022	9.543	5,90%
2023	10.116	6,00%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	43	-
2019	67	102,33%
2020	90	3,07%
2021	96	6,90%
2022	102	5,90%
2023	108	6,00%

Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 10% nas projeções de 2021 e 2023.

2 - As projeções para 2020, 2021, 2022 e 2023 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2020, 2021, 2022 e 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

3 - Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.

Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	2.181	-
2019	1.250	-42,69%
2020	2.000	60,00%
2021	900	-55,00%
2022	953	5,90%
2023	1.010	6,00%

Nota:

1 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

M. Magalhães



II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

TOTAL DAS DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ milhares		
	Realizada 2018	Realizada 2019	Projetado 2020
DESPESAS CORRENTES	48.568	51.297	53.372
Pessoal e Encargos Sociais	36.627	36.752	37.880
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0
Outras Despesas Correntes	11.941	14.545	15.492
DESPESAS DE CAPITAL	3.302	2.653	2.923
Investimentos	2.211	1.381	1.423
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	1.091	1.272	1.500
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0		
TOTAL	61.870	63.950	66.295

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES	50.767	55.309	58.472
Pessoal e Encargos Sociais	35.539	38.336	39.893
Juros e Encargos da Dívida	30	32	34
Outras Despesas Correntes	15.198	16.942	18.545
DESPESAS DE CAPITAL	5.800	4.813	5.519
Investimentos	3.800	3.372	3.576
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	2.000	1.443	1.943
RESERVA DE CONTINGENCIA	562	598	636
TOTAL	67.129	60.720	64.628

Fonte:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,05%, 3,60%, 3,50% e 3,50% para os respectivos exercícios de 2020 a 2023. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2020 a 2023 com os respectivos percentuais de 0,02%, 3,30%, 2,40% e 2,50%. Estes parâmetros foram utilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

M. G. Barbosa



II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	36.627	-
2019	36.752	0,34%
2020	37.880	3,07%
2021	35.539	-6,18%
2022	38.336	7,87%
2023	39.893	4,06%

Nota:

1 - O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do município, conforme § único do art. 22 da LRF.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2017	0	-
2018	0	-
2019	0	-
2020	30	-
2021	32	5,60%
2022	34	6,00%

Fonte:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo (média % a.a.) de 3,77%, 4,40% e 5,60% e 6,00% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023.

2 - As projeções da taxa de juros implícita sobre a dívida líquida do governo foram estimados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021 encaminhado ao Congresso Nacional.

Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	0	-
2020	0	-
2021	562	-
2022	598	6,29%
2023	636	6,44%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida.

mgasilva



III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	44.813	50.575	52.421	56.229	59.767	64.222
Receita Tributária	1.659	1.667	1.885	2.203	2.554	2.917
Receitas de Contribuições	599	607	665	711	753	800
Receita Patrimonial	52	36	124	133	140	140
Aplicações Financeiras (II)	0	36	124	133	140	140
Outras Receitas Patrimoniais	52	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0	0	0	0
Transferências Correntes	42.460	48.178	49.657	53.086	56.218	59.555
Outras Receitas Correntes	43	87	90	96	102	102
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)	44.813	50.539	52.297	56.097	59.627	64.182
RECEITA DE CAPITAL (IV)	2.181	1.250	2.000	900	953	1.000
Operações de Créditos (V)	0	0	0	300	318	318
Amortização de Empréstimos (VI)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VII)	74	0	0	100	106	106
Transferências de Capital	0	1.250	0	500	530	530
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	2.107	1.250	2.000	500	530	530
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	46.920	51.789	54.297	56.597	60.156	64.712
DESPESAS CORRENTES (X)	48.568	51.297	53.372	50.767	55.309	58.519
Pessoal e Encargos Sociais	36.627	36.752	37.880	35.539	38.336	39.599
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0	0	0	30	32	32
Outras Despesas Correntes	11.941	14.545	15.492	15.198	16.942	18.888
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	48.568	51.297	53.372	50.737	55.277	58.487
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.302	2.653	2.923	5.800	4.813	5.443
Investimentos	2.211	1.381	1.423	3.800	3.372	3.772
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	1.091	1.272	1.500	2.000	1.443	1.941
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	2.211	1.381	1.423	3.800	3.370	3.572
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	0	562	598	636
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	50.779	52.678	54.795	55.099	59.245	62.655
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-3.859	-889	-499	1.497	911	1.377

Nota:

- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas Memórias de cálculo das receitas e despesas.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas de elaboração do Demonstrativo Fiscais da LDO.

Mossil's

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	41.871	43.121	41.380	40.537	39.094	37.951
DEDUÇÕES (II)	-	-	-	-	267	277
Ativo Financeiro	1.882	3.291	231	240	248	257
Haveres Financeiros	148	259	18	19	20	20
(-) Restos a Pagar Processados	7.282	11.441	7.163	2.885	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	41.871	43.121	41.380	40.537	38.827	37.674
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	41.871	43.121	41.380	40.537	38.827	37.674
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	42.235	1.250	-1.741	-843	-1.710	-1.162

Notas:

1 - O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretária do Tesouro Nacional através do Manual de Demonstrativos Fiscais.

* : Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017

M. S. S. S.



V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	41.871	43.121	41.380	40.537	39.094	37.951
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	41.871	43.121	41.380	40.537	39.094	37.951
DEDUÇÕES (II)						
Ativo Disponível	1.882	3.291	-	-	267	277
Haveres Financeiros	148	259	231	240	248	257
(-) Restos a Pagar Processados	7.282	11.441	18	19	20	20
DCL (III) = (I-II)	41.871	43.121	41.380	40.537	38.827	37.674

Nota:

1 - Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual a zero, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais do STN 10ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023
INSS	42.523	41.380	40.237	39.094	37.951
CELPE	571				
PASEP	27				
OUTRAS DÍVIDAS					
TOTAIS	43.121	41.380	40.537	39.094	37.951

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2019 foi elaborada da seguinte forma:

Disponibilidade de caixa de 2019	
Realizável de 2019	3.291
(=) Ativo Financeiro de 2019	259
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2020	3.550
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	54.421
(-) Restos a pagar serem pagos em 2020	57.971
(-) Despesa Orçamentárias a serem Pagas em 2020	1.426
(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2020	56.295
	<u>249</u>

Valores em milhares (R\$)

Magalães





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

ANEXO III

RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

O anexo de Riscos Fiscais tem sua origem no princípio da prudência. Em cumprimento ao art.4º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, o presente Anexo conceitua e classifica os riscos fiscais, avalia os passivos contingentes, e procura identificar e contextualizar condicionantes que possam afetar as contas públicas.

Para efeito deste Anexo, consideram-se afetações no orçamento originárias das situações decorrentes de obrigações específicas do governo estabelecidas por lei ou contrato pelo qual o governo deve legalmente atender a obrigação quando ela é devida, cuja ocorrência é incerta.

São apresentados os conceitos dos riscos fiscais bem como a sua classificação em duas categorias: de riscos fiscais orçamentários e de dívida.

1. RISCOS ORÇAMENTÁRIOS – Refere-se à possibilidade das receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas, inicialmente não fixadas ou orçadas a menor durante a execução do Orçamento. Como riscos orçamentários, podemos citar, dentre outros casos:

a) Arrecadação de tributos a menor que a prevista no Orçamento, a frustração na arrecadação, devido a fatos ocorridos posteriormente à elaboração da peça orçamentária e a restituição de determinado tributo não previsto constitui exemplos de riscos orçamentários relevantes.

b) Nível de atividade econômica, taxa de inflação, taxa de juros e taxa de câmbio, são variáveis que, também, podem influenciar o montante de recursos arrecadados (sempre que houver discrepância entre as projeções dessas variáveis quando da elaboração do orçamento, os valores observados durante a execução orçamentária e os coeficientes que relacionam os parâmetros aos valores estimados).

Megascala



c) Ocorrência de epidemias, pandemias, enchentes, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública que demandem do governo municipal ações emergenciais.

Os riscos que afetam as metas de resultados primário têm efeito sobre o fluxo de receita e da despesa, de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas na proposta de execução orçamentários, prevê que haja limitação de empenho, equalizando a despesa receita efetivamente realizada.

O primeiro tipo de risco fiscal que afeta as contas públicas diz respeito possibilidade de as receitas e despesas previstas não se realizarem durante o exercício financeiro, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receita e despesas orçadas.

No caso da receita, pode-se mencionar, por exemplo, a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente em função de desvios entre os parâmetros estimados e efetivos, oriundos de situações que estão fora do controle da Administração Municipal, como diminuição dos valores das transferências constitucionais, diminuição dos valores da receita própria causada por possível inadimplência. Tem também a frustração no recebimento de recursos de convênios já firmados com a União e o Estado, as chamadas receitas de capitais que em sua maioria é afetada por decisões e ajuste da política do Estado também da União, e demais aspectos que frustrem as previsões de receitas.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo governo podem sofrer desvios em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas programações para o Município. Tendo em vista que uma parte significativa da despesa decorre das obrigações constitucionais e legais, as quais são diretamente afetadas por alterações na legislação municipal.

2 RISCOS DA DÍVIDA- Este é originado pelos passivos contingentes e refere-se às novas obrigações causadas por evento que pode vir ou não acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua magnitude dependem de condições exógenas cuja ocorrência é difícil se prever. Por isso, a mensuração desses passivos é difícil e imprecisa. Nesse sentido, é clara a conotação

que assume a palavra "contingente" no sentido condicional e probabilístico.

Maria da Silva



PREFEITURA DE
LAGOA DE ITAENGA
AVANÇANDO NO RUMO CERTO



Documento Assinado Digitalmente por: MOABE GLEIDSON FRANCISCO BARBOSA, MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA, FABIO JOSE DA SILVA
Acesse em: <https://etccce-pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=0141a375-4aa8-4194-998f-3043687d94a3>

Outro risco é o impacto das políticas econômicas sobre a dívida pública, pois variações na taxa de juros, taxa de câmbio e índice de preços podem ocasionar crescimento do seu estoque, tendo ainda que se considerarem os riscos provenientes de novas ações judiciais.

É importante lembrar que a mensuração dos passivos muitas vezes é difícil e, portanto, são apenas estimativas, e que a tabela abaixo não implica em probabilidade de ocorrência, mas em apontamentos que podem ter efeito sobre as metas fiscais.

Caso se concretizem, os riscos fiscais quer no âmbito da despesa quanto da receita, utilizar-se-ão dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, conforme estabelecido na alínea "b" do inciso III do art.5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art.43 da Lei federal nº4.320, de 1964.

Em razão dos riscos serem hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, daí a planilha anexa, sugerida pelo STN, seguir sem estimativa concreta de valores.

GABINETE DA PREFEITA, Lagoa de Itaenga - PE, 25 de setembro de 2020.



MARIA DAS GRAÇAS DE ARRUDA SILVA
Prefeita

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2021

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL		SUBTOTAL	
TOTAL		TOTAL	

Contingência Passiva é uma possível obrigação de eventos futuros que não estão sob controle da entidade. O valor não pode ser estimado com segurança.


